

**COMUNIDADE(S)  
CABO-VERDIANA(S):  
AS MÚLTIPLAS FACES  
DA IMIGRAÇÃO  
CABO-VERDIANA**

**ORGANIZADO POR  
PEDRO GÓIS**

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração  
cabo-verdiana / org. Pedro Góis. – (Comunidades ; 2)

ISBN 978-989-8000-71-2

I – GÓIS, Pedro

CDU 316  
314

*Promotor*

Observatório da Imigração  
[www.oi.acidi.gov.pt](http://www.oi.acidi.gov.pt)

*Coordenador*

Prof. Roberto Carneiro  
[rc@cepcep.ucp.pt](mailto:rc@cepcep.ucp.pt)

*Organização*

Pedro Góis

*Autores*

Pedro Góis, Luís Batalha, Paulo Mendes, Catarina Reis Oliveira, José Carlos Marques, Rui Cidra,  
César Augusto Monteiro, Marzia Grassi, Carlos Elias Barbosa, Max Ruben Ramos, Lígia Évora Ferreira,  
Kátia Cardoso, Cláudia de Freitas, Rocío Moldes Farelo, Lisa Akesson

*Edição*

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)  
R. Álvaro Coutinho, 14 – 1150-025 LISBOA  
Telefone: (00351) 21 810 61 00 • Fax: (00351) 21 810 61 17 • E-mail: [acidi@acidi.gov.pt](mailto:acidi@acidi.gov.pt)

*Execução Gráfica*

Editorial do Ministério da Educação

*Primeira Edição*

1500 Exemplares

ISBN

978-989-8000-71-2

*Depósito Legal*

287 075/08

Lisboa, Dezembro 2008

## ÍNDICE GERAL

Prefácio	
<i>Roberto Carneiro</i> .....	7
Introdução	
Entre <i>Janus</i> e <i>Hydra de Lerna</i> : As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal	
<i>Pedro Góis</i> .....	9
I. Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade	
<i>Luís Batalha</i> .....	25
II. A comunidade cabo-verdiana nos Açores	
<i>Paulo Mendes</i> .....	37
III. Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: O caso dos empresários de origem Cabo-Verdiana	
<i>Catarina Reis Oliveira</i> .....	67
IV. Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal	
<i>Pedro Góis e José Carlos Marques</i> .....	87
V. Produzindo a música de Cabo Verde na diáspora: redes transnacionais, <i>world music</i> e múltiplas formações crioulas	
<i>Rui Cidra</i> .....	105
VI. Algumas dimensões da expressão musical cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa	
<i>César Augusto Monteiro</i> .....	127
VII. O direito ao sucesso educativo: jovens cabo-verdianos no contexto educativo português	
<i>Lígia Évora Ferreira</i> .....	137
VIII. Identidades plurais na Europa Contemporânea: auto-percepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal	
<i>Marzia Grassi</i> .....	155
IX. Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal	
<i>Carlos Elias Barbosa e Max Ruben Ramos</i> .....	173
X. A diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a emigração e a política externa cabo-verdiana	
<i>Kátia Cardoso</i> .....	193
XI. Do silêncio à participação: cabo-verdianos e saúde mental na Holanda	
<i>Cláudia de Freitas</i> .....	207
XII. The Cape Verdean community in León, Spain: the shift of economic immigrants from the industrial sector to the services sector	
<i>Rocío Moldes Farelo</i> .....	229
XIII. “They are ungrateful!” Cape Verdean notions of transnational obligations	
<i>Lisa Åkesson</i> .....	247

## ÍNDICE DE QUADROS

– Quadro 2.1 Estrangeiros Residentes nos Açores por nacionalidades – 2007 .....	39
– Quadro 2.2 Distribuição dos cabo-verdianos portadores de Autorizações de Residência, por ilhas – 2007 .....	41
– Quadro 2.3 Data de chegada aos Açores (%) .....	43
– Quadro 2.4 Antecedentes Migratórios por data de chegada (%) .....	45
– Quadro 2.5 Razões de vinda para os Açores .....	46
– Quadro 2.6 Formas como se processou a vinda para os Açores (%) .....	48
– Quadro 2.7 Período de vinda para os Açores, por ilha de origem (%) .....	49
– Quadro 2.8 Nível de escolaridade dos migrantes à chegada aos Açores e por períodos (%) .....	51
– Quadro 2.9 Condição dos migrantes perante o trabalho em Cabo Verde (%) .....	51
– Quadro 2.10 Condição perante o emprego nos Açores, por sexo (%) .....	53
– Quadro 2.11 Composição profissional, por sexo (%) .....	54
– Quadro 2.12 Composição profissional, por ano de chegada (%) .....	55
– Quadro 2.13 Forma de exercício da actividade laboral .....	56
– Quadro 2.14 Vínculo contratual, por sexo (%) .....	57
– Quadro 2.15 Vínculo contratual, por ano de chegada (%) .....	58
– Quadro 2.16 Outras condições de exercício de actividade profissional .....	59
– Quadro 2.17 Participação em organização social, política, religiosa e recreativa, por ano de chegada .....	61
– Quadro 2.18 Projecto em relação ao futuro, por data de chegada (%) .....	63
– Quadro 3.1 Percentagem de cidadãos nascidos no estrangeiro no número total de empresários no país .....	67
– Quadro 3.2 Taxas de Empreendedorismo segundo a nacionalidade, entre 1981 e 2001 .....	68
– Quadro 3.3 Taxa de Empreendedorismo segundo a nacionalidade .....	74
– Quadro 3.4 Pesos relativos de empregadores estrangeiros e cabo-verdianos .....	80
– Quadro 4.1 Práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos .....	100
– Quadro 8.1 Língua mais falada .....	155
– Quadro 8.2 Factores que definem culturalmente a comunidade .....	162
– Quadro 8.3 Definição de imigrante .....	164
– Quadro 8.4 Definição de europeu .....	165
– Quadro 8.5 Auto-identificação étnico-nacional .....	166
– Quadro 8.6 Lugar de identificação .....	167
– Quadro 8.7 Razões a favor da integração de Cabo Verde na União Europeia .....	168
– Quadro 8.8 Razões contra a integração de Cabo Verde na União Europeia .....	169
– Quadro 10.1 “O lugar da diáspora na política externa cabo-verdiana” – Síntese das respostas dos entrevistados .....	205
– Quadro 12.1 Distribution of the Cape Verdean Population in Spain by Years and Principal Autonomous Regions of Residence .....	231

## ÍNDICE DE FIGURAS

– Figura 2.1 Cabo-verdianos portadores de Autorização de Residência nos Açores – 1996-2007 .....	42
– Figura 4.1 População estrangeira residente em Portugal com nacionalidade cabo-verdiana, segundo o sexo .....	89
– Figura 4.2 Remessas de emigrantes, por país de origem .....	94
– Figura 10.1 Expansão das medidas <i>vis-à-vis</i> a emigração .....	199
– Figura 10.2 Relação Diáspora e o País de Origem .....	201
– Figura 10.3 Importância da política externa .....	204
– Figura 10.4 Desenvolvimento .....	204
– Figura 12.1 Important locations in Cape Verdean migration to Spain .....	233



## PREFÁCIO

Em Junho de 2007 o Observatório da Imigração teve a “ousadia” de inaugurar uma nova vertente editorial a que intitulou Colecção Comunidades.

Na Introdução ao volume escrevemos o seguinte:

*Tratava-se de proporcionar um olhar em profundidade, numa perspectiva marcadamente horizontal, sobre um grupo socio-cultural cujo dinamismo interno e externo – designadamente na sua relação com a sociedade de acolhimento, a sociedade portuguesa – justificasse uma análise autónoma.*

*Acesce o interesse científico de reunir num único volume uma espécie de “estado da arte” dos conhecimentos sobre essa comunidade, “eleita” como tema do livro. Para o efeito, importaria recolher e avaliar o corpus de investigação concluída e publicada sobre variadas vertentes da vida dessa comunidade de referência, procurando aliar o melhor das pesquisas existentes em Portugal (país de destino) e na origem (país de partida). Uma das novidades da iniciativa editorial consistiria, pois, no convite dirigido a um conjunto qualificado de investigadores, com obra reconhecida, para elaborar ensaios originais e susceptíveis de traduzir os “estados gerais” de conhecimentos acumulados sobre as diversas problemáticas atinentes à comunidade em apreço.*

Esta inovadora fileira de investigação e de publicações começou por se debruçar sobre a comunidade imigrante brasileira.

O sucesso do volume e o interesse generalizado que ele suscitou animou-nos a prosseguir a aventura buscando um novo foco de análise.

O desafio foi lançado ao Doutor Pedro Góis que de pronto o aceitou com o objectivo de fazer incidir o 2.º número da colecção sobre comunidade(s) cabo-verdiana(s).

Já lá vão mais de 33 anos quando, no histórico dia 5 de Julho de 1975, nascia um novo Estado independente que passou a integrar a constelação de países soberanos que formam a comunidade internacional.

A República de Cabo Verde, assim cumprida, surgiu num abraço fraterno de história e afecto com a República Portuguesa. Dois Estados, duas Nações, irmanadas num destino entrelaçado pelo cimento de uma língua comum que é pátria de pátrias geograficamente dispersas.

Honramo-nos, assim, de centrar este novo volume sobre uma comunidade de imigrantes com que mantemos um relacionamento muito especial, mas sobre a qual, glosando as palavras do organizador da publicação, sabemos ainda muito pouco. E isto é tanto mais verdade quanto, conforme se intui do sugestivo título do volume, a imigração cabo-verdiana se dispersa por uma multiplicidade de micro-comunidades cujas múltiplas faces a dotam de uma singular riqueza humana, social e cultural. Por isso, os artigos científicos que compõem a presente obra não se limitam a analisar os cabo-verdianos em Portugal; antes, são também focadas dimensões diferenciadas da diáspora cabo-verdiana noutras paragens europeias e não só.

Precisamente, este é um dos objectivos da série Comunidades. Ao proceder ao inventário do que se sabe sobre o respectivo grupo socio-cultural, traduzindo os “estados gerais” de conhecimentos acumulados sobre as diversas problemáticas atinentes à comunidade em apreço, cada obra pretende também lançar uma luz original sobre o que ainda não sabemos e que se abre como agenda oportuna de investigação adicional.

O extraordinário acervo de contribuições científicas fica a crédito dos autores e do organizador – e principal impulsionador – da feitura do volume n.º 2 desta colecção.

O Observatório da Imigração e o ACIDI expressam o seu profundo reconhecimento ao Doutor Pedro Góis e à ilustre plêiade de autores que reuniu para dar corpo a esta iniciativa editorial.

Quem quiser construir um olhar global – e academicamente sustentado – sobre a comunidade cabo-verdiana no mundo, e especialmente em Portugal, encontrará neste conjunto de textos matéria de grata leitura e de desafiante reflexão.

Agradecemos a todos os leitores e fiéis amigos que nos acompanham nesta já longa mas exaltante caminhada. Esperamos que continuem a gostar de se encontrar entre nós e que se sintam sempre muito bemvidos.

Ou, dito de outro modo, em genuíno e expressivo linguajar cabo-verdiano, tenham a certeza de que vos acolhemos sempre com um grande e singelo abraço de... **Morabeza**.

ROBERTO CARNEIRO  
*Coordenador do Observatório da Imigração do ACIDI*  
*Lisboa, 27 de Dezembro de 2008*

## INTRODUÇÃO

### ENTRE *JANUS* E *HYDRA DE LERNA*: AS MÚLTIPLAS FACES DOS CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

PEDRO GÓIS

*Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto  
Centro de Estudos Sociais*

Ao longo das duas últimas décadas temos assistido a uma mudança no paradigma do estudo das migrações, na análise das comunidades de imigrantes (e seus descendentes) e no modo como estes interagem com as sociedades onde se inserem. De um paradigma que assentava numa lógica de análise de fluxos migratórios, de análise de relações unidireccionais simples e lineares (e.g. origem-destino; migração de retorno; (re)agrupamento familiar, migrações temporárias ou definitivas, etc.), passámos para uma lógica de análise multidireccional (e.g. migrações circulares; re-emigração; transmigrações; migrações transfronteiriças, comunidades transnacionais, práticas transnacionais, etc.). De uma análise linear dos processos de integração dos imigrantes passámos para uma análise multidimensional, em que a diversidade interna dos grupos migrantes, as suas características específicas e o modo como se integram nas sociedades de acolhimento e se relacionam com grupos maioritários (ou com outros grupos de imigrantes) passou a ser central.

Nos países de destino, os estudos sobre imigração e sobre imigrantes centravam-se até há bem pouco tempo, maioritariamente, nos processos de incorporação/assimilação numa lógica ainda herdeira de Robert E. Park (1950) e da visão assimilacionista da Escola de Chicago, herdeira dos processos de povoamento e das migrações transcontinentais do Novo Mundo. Por seu turno, nos países de origem, as investigações sobre emigração centravam-se nos contextos de partida, nas condições de retorno, nas remessas ou nas problemáticas associadas às famílias divididas numa negação tácita da capacidade de integração dos emigrantes e numa rejeição da ideia de saída permanente. A lógica subjacente a estas análises separava a sociedade de origem da sociedade de destino em duas realidades independentes e não sobreponíveis, num claro exemplo de um certo “nacionalismo metodológico” – como lhe chamaram Wimmer e Glick-Schiller (2002) – neste caso de um “nacionalismo metodológico bipolar”, de que os Estudos Migratórios costumam ainda a libertar-se.

Entretanto, ao longo da década de 90 do século passado, confrontados com novas mobilidades, com novas formas de relacionamento sociológico e novas formas de comunicação mobilizadas pelas tecnologias emergentes, assistimos ao despontar de um novo paradigma que defende a ideia de que os migrantes redefinem, mas não abandonam, os laços que os unem ao país de origem, isto é, que, por norma, não existe uma assimilação/incorporação total nos países de

destino, nem um transnacionalismo total, mas antes uma partilha complexa entre duas (ou mais) sociedades. De acordo com este novo paradigma, os imigrantes criam uma multiplicidade de laços em diferentes áreas de acção social que transcendem as fronteiras nacionais e complexificam as relações sociais com as sociedades de origem e de destino (Faist, 2000). Estes estudos foram, desde o início, uma advertência silenciosa às teorias da assimilação, direccionando a nossa atenção para as ligações estáveis que conectam muitos dos migrantes de primeira geração e/ou os seus descendentes aos seus lugares de origem, ou de origem de seus pais e avós, conectando “origem” e “destino” de uma forma consistente e constante ainda que sem uma presença física continuada. Complementarmente, estes estudos, a que chamámos genericamente de “transnacionalismo”, permitiram afirmar a necessidade de um novo olhar sobre as especificidades das comunidades de imigrantes; as suas características e idiossincrasias; a forma reticular como grupos de imigrantes num país se ligavam a grupos com as mesmas origens em países vizinhos ou distantes; o modo como a chegada contínua e ininterrupta de novos imigrantes mantinha estáveis as ligações entre os “velhos” imigrantes, os recém-chegados ou os seus descendentes e entre todos eles e o “país de origem” ou a “origem ancestral” comum. Esta(s) nova(s) forma(s) de mobilidade deslocaliza(m) culturas locais (expressivas e impressivas), transplantam estas culturas para destinos longínquos onde, por vezes, se enxertam nas culturas aí existentes, modificando-as, *crioulizando-as* ou opondo-se a elas de forma mais subtil ou de forma mais radical. Estas culturas locais de outros lugares longínquos originaram, pelo seu enquadramento contextual, sociedades pluri ou multiculturais, onde antes parecia reinar a homogeneidade. Obrigou, por outro lado, as sociedades a redefinirem-se e a compreenderem as regras de gestão da diversidade de um modo mais ou menos inclusivo, mais ou menos excludente.

Paralela e sub-repticiamente, as teorias da assimilação iam resistindo enquanto *mainstream* teórico e/ou *mainstream* da prática sociopolítica, advogando que o resultado final das migrações seria uma integração total nos países e sociedades de destino. Alejandro Portes e Min Zhou, na mesma época em que começam a emergir as teorias do transnacionalismo, vão mesmo acrescentar um novo conceito analítico ao campo das teorias da assimilação: o de assimilação segmentada (Portes e Zhou, 1993). Nestas teorias o factor tempo era tido em conta numa análise de tempo longo: já não o tempo de uma vida mas o tempo de gerações. Partindo de uma análise da situação dos filhos de imigrantes na sociedade americana dos anos 80/90 os autores vão concluir que as possibilidades de assimilação não são homogéneas (em termos individuais ou de grupo), mas sim estratificadas. Para estes autores, os processos de socialização são assimilados pelos imigrantes ao longo das suas vidas, como nos mostra o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (2003), e são construídos por sedimentação ao longo do tempo, deixando um lastro que é herdado pelas gerações seguintes, perdendo força ao longo do tempo longo. Para Portes e Zhou (1993) as diferentes possibilidades de assimilação dependem de variáveis como a “raça”, a “classe social” ou as áreas de residência, sendo que os filhos dos imigrantes dos subúrbios, de “raça negra” e das classes trabalhadoras tenderão a assimilar-se nas classes autóctones correspondentes e, neste sentido, a não experimentarem qualquer mobilidade ascendente. Estes autores tornam mais complexo o que entendemos por assimilação e fazem-na depender de múltiplas dimensões e características: as do grupo social migrante; as dos grupos

sociais de acolhimento; das geografias de inserção espacial; de características físicas ou biológicas; de características históricas e sociológicas e de características específicas dos sistemas funcionais onde a integração ocorrerá. A negação da imediata ascensão social por via da migração surge, nestas teorias, como uma advertência séria a que a migração, como a maioria das mudanças sociais, não responde ao imediatismo do tempo presente. Por vezes, a mudança geográfica, mesmo que economicamente compensadora, implica mudanças sociológicas profundas que necessitam de um tempo extenso para se integrarem nos *habitus* colectivos, serem parte dos processos de socialização primários e re-equilibrarem os sistemas sociais onde decorrem. A assimilação é um processo de múltiplas faces, múltiplas fases, múltiplas dimensões e não é, ou pelo menos não parece ser, um processo universal ou democrático.

É entre pólos teóricos, transnacionalismo e assimilação, que podemos encontrar os diferentes contributos que, neste volume, ilustram a diversidade da emigração cabo-verdiana contemporânea para Portugal com uma breve viagem à Holanda, a Espanha e com uma raiz ligada a Cabo Verde. Nem imigrantes transnacionais nem assimilados, talvez, imigrantes integrados, restando-nos depois, o que já não é pouco, fazer uma “boa” gestão deste conceito. De facto, se pegarmos nos quatro tipos de respostas sociais caracterizados por Berry (1990) – assimilação; segregação; marginalização; e integração – compreendemos que individualmente, encontramos cabo-verdianos em cada uma das situações mas, grupalmente, talvez a “integração” seja a característica de melhor enquadramento. Para Berry, a assimilação representa a imersão total do imigrante na sociedade dominante. O imigrante adota a linguagem, a imagem, as formas quotidianas de interacção, de pensar e de actuar da comunidade receptora numa transfiguração completa. A segregação, por seu turno, caracteriza-se pelo estabelecimento de relações mínimas com a comunidade receptora enquanto, em simultâneo, se criam nichos étnicos exclusivamente com elementos da cultura de origem. As relações com a sociedade receptora limitam-se, neste tipo de resposta social, às relações de produção. No caso da marginalização, o imigrante sofre uma perda da identidade de origem sem se tornar parte da sociedade dominante ou receptora. Por último, a integração é a resposta que permite ao imigrante manter a sua identidade própria ao mesmo tempo que participa na sociedade dominante ou sociedade receptora. O migrante está plenamente consciente das suas raízes, da sua origem e da sua cultura, ao mesmo tempo que renova, dia-a-dia, a sua participação na comunidade receptora. Tomadas na sua simplicidade redutora, estas respostas sociais, tipos-ideais no sentido de Max Weber, mostram a sua capacidade de enquadramento ao mesmo tempo que revelam a sua incapacidade de se tornarem excludentes. Ao analisarmos os cabo-verdianos em Portugal encontramos todos estes tipos de respostas sociais e a história das migrações cabo-verdianas permite compreender as razões e causas da sua existência. A resposta para as nossas questões é, necessariamente, redireccionada. Porque tem a emigração cabo-verdiana para Portugal não duas faces, como *Janus*, mas múltiplas faces como uma *Hydra de Lerna*? Uma leitura historicamente contextualizada das migrações cabo-verdianas para Portugal permite lançar algumas pistas para uma resposta que, tal como na mitologia clássica, permita a Hércules sair vencedor dos seus trabalhos.

## As migrações cabo-verdianas para Portugal

Os cabo-verdianos têm uma tradição e uma história migratória que os une a Portugal. A emigração cabo-verdiana para Portugal terá certamente começado ainda no século XVI ou XVII, pouco tempo após o início do povoamento das ilhas do arquipélago de Sahel. Ao longo de séculos esta migração persistiu, oculta aos olhos da maioria, escondida pelo breu da escravidão que toldava a razão. No século XX porém, consolidada a liberdade individual e o direito de movimento, Portugal foi escolhido por um número crescente de cabo-verdianos para aqui viverem, estudarem ou trabalharem. Ao procurarmos fasear a migração de cabo-verdianos para Portugal no último meio século, encontramos, pelo menos, três distintas fases: (i) antes da independência de Cabo Verde; (ii) a fase pós independência; (iii) a fase da imigração laboral. Três fases migratórias que correspondem a muitos milhares de cabo-verdianos que escolheram Portugal como destino migratório, que aqui tiveram filhos e netos, que aqui dedicaram a sua vida a ajudar a construir um país que também é o deles.

### (i) Cabo-verdianos Trabalhadores Convidados – a primeira fase

Vários autores vêm assinalando as dificuldades que as estatísticas do INE têm em detectar a origem das comunidades imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) antes da redefinição conceptual provocada pela independência destes países<sup>1</sup> e apenas parcialmente assumida pelos recenseamentos gerais da população de 1981 e de 1991 (Baganha e Góis, 1999). Ainda assim, é geralmente aceite que as origens da comunidade cabo-verdiana podem ser encontradas nos anos 60, quando Portugal, a exemplo de outros países europeus, iniciou uma política activa de recrutamento de mão-de-obra, recrutando trabalhadores no interior do seu império colonial para suprir necessidades de mão-de-obra “na metrópole”. Estes trabalhadores, cabo-verdianos na sua maioria, chegaram a Portugal contratados como mão-de-obra de substituição, suprimindo a mão-de-obra local (que, por sua vez, emigrara para outros países europeus – ex. França ou Alemanha – ou fora para a guerra colonial.

Os trabalhadores cabo-verdianos inseriram-se nos sectores da economia que, à época, mais carentes estavam de mão-de-obra, designadamente, no sector da construção civil e obras públicas e, de forma maioritária concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Grupos

---

<sup>1</sup> De facto não foi a independência destes países o factor responsável por esta lacuna nas estatísticas mas as mudanças nas leis de nacionalidade em Portugal e nos países africanos de língua oficial portuguesa. Segundo a Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959 “todas as crianças nascidas em território português são portuguesas”. Em 1975 através do decreto-lei n.º 308-A, de 24 de Junho de 1975, a Lei da Nacionalidade é revista restringindo a manutenção da nacionalidade portuguesa aos residentes nas ex-colónias que tivessem nascido em Portugal ou que tivessem ascendência portuguesa. Abre, no entanto, algumas possibilidades aos “indivíduos que tivessem nascido em Portugal ou evidenciassem um desejo inegável de se tornarem portugueses”. A Lei 113/88, de 29 de Dezembro, suspende esta possibilidade. Em 1981 duas novas leis – o DL 264-B/81 (regulamenta a entrada, permanência e saída de estrangeiros) e o DL 37/81 (Lei da Nacionalidade) – modificaram o sistema de entradas e permanência no país e, especificamente no segundo caso, levou ao abandono do *jus soli* e à adopção do *jus sanguinis* o que cria ainda novas dimensões a estas problemáticas (Baganha e Góis, 1999: 259).

dispersos e relativamente pequenos de migrantes cabo-verdianos foram instalar-se noutras áreas geográficas. O Algarve, região que se começa a desenvolver turisticamente nesta época, foi um dos locais de atracção sendo que, também neste caso, a inserção laboral ocorreu igualmente no sector da construção civil e obras públicas. O governo e as empresas portuguesas começaram a incentivar igualmente a imigração de trabalhadores cabo-verdianos para algumas fábricas da margem sul do Tejo e para o sector mineiro, com carências de mão-de-obra devido à emigração. Nesta fase, as migrantes cabo-verdianas ainda eram poucas, mas já se verificava uma especialização no trabalho doméstico (a dias ou como empregadas domésticas internas). Na verdade, a migração de cabo-verdianos seguia uma lógica tradicional, começando por ser essencialmente masculina, numa primeira fase composta por homens jovens em idade de trabalhar mas, rapidamente, em virtude do reagrupamento familiar, se feminiza formando comunidades mistas. As oportunidades de trabalho eram a verdadeira “carta de chamada” para os que queriam ou podiam emigrar. Estes foram, tal como no filme de Paulo Rocha (de 1963) os “verdes anos” da emigração cabo-verdiana para Portugal.

Este grupo de migrantes, constituído por alguns (poucos) milhares de indivíduos, vão tecer a rede onde se acolherão os migrantes futuros, criando as bases para o estabelecimento de uma cadeia migratória consolidada entre Cabo Verde e Portugal (Esteves, 1991: 20). Os sectores de incorporação laboral estão já bem definidos assim como as regiões geográficas de concentração preferencial. Ao longo dos 30 anos seguintes esta rede irá tornar-se mais complexa e ganhar um maior volume, com uma maior dimensão numérica, mas as suas características basilares permanecerão (se excluirmos, por agora, a dimensão e o impacto das segundas gerações) como que inalteradas.

## (ii) Cabo-verdianos Retornados/Repatriados – a segunda fase

Nos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África, ocorre um repatriamento de cabo-verdianos incluído no movimento de retorno das ex-colónias. Este processo, com origem na guerra colonial (1962-1974)<sup>2</sup>, vai atingir o seu auge na segunda metade dos anos 70 com o repatriamento de centenas de milhares de colonos portugueses, de algumas dezenas de milhar de funcionários da administração colonial e suas famílias e de um número assinalável de refugiados<sup>3</sup> (Pires, 1999). De entre o conjunto de retorna-

<sup>2</sup> Para uma análise geral do movimento de retorno das ex-colónias cf. Pires *et al.*, 1984. Sobre o impacto da guerra colonial na vida política e social portuguesa ver Pinto, A. Costa “A guerra colonial e o fim do império português”, in Francisco Betencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão portuguesa*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 65-101.

<sup>3</sup> O retorno dos colonos portugueses em África foi objecto de um conjunto amplo de investigações. Recentemente foi publicado um artigo síntese por Rui Pena Pires “O Regresso das Colónias” in Francisco Betencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão portuguesa*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 182-192.

dos/repatriados muitos eram cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa<sup>4</sup> e concentraram-se igualmente na Área Metropolitana de Lisboa tirando partido da existência de uma rede de suporte formada por conterrâneos já instalados.

O número exacto de cabo-verdianos incluído no total de “retornados” é muito difícil de calcular dada a inexistência de fontes estatísticas credíveis que discriminem os indivíduos naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana de entre o total de retornados. De facto, embora não haja o hábito de referir a existência de outros retornados do império, quando este chega ao fim, para além do retorno colónias-metrópole outros retornos/repatriamentos tiveram lugar. Os “retornados”, como ficaram conhecidos, não eram apenas os descendentes de portugueses metropolitanos mas outros indivíduos cuja nacionalidade portuguesa não fora retroactiva e politicamente retirada. De entre estes assinala-se o elevado número de funcionários administrativos coloniais. No caso dos cabo-verdianos, com comunidades imigradas noutras ex-províncias ultramarinas portuguesas este retorno/repatriamento teve um impacto profundo ao nível socioeconómico no arquipélago. Muitos destes cabo-verdianos, porém, não regressaram a (ou não ficaram em) Cabo Verde. Alguns, centenas pelo menos, milhares muito provavelmente, vieram para Portugal. Outros cabo-verdianos re-emigraram, aproveitando a nacionalidade portuguesa, em direcção a outros destinos, designadamente EUA, Brasil, Holanda, França, África do Sul, etc. Os números exactos são, porém, impossíveis de contabilizar.

Entre 1974 e 1976, no contexto do movimento então proveniente das ex-colónias, na sequência das respectivas independências, verificou-se um afluxo considerável de cabo-verdianos, quer oriundos de Cabo Verde directamente, quer das outras ex-colónias (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Timor ou Macau), onde exerciam tarefas administrativas das mais diversas, designadamente ligadas ao exército colonial português, à administração colonial e aos seus serviços. Complementarmente, também a independência de S. Tomé e Príncipe implicou a deslocação para Portugal de muitos trabalhadores cabo-verdianos aí instalados (e.g. dos “contratados” e/ou de funcionários coloniais), não sendo, porém, também aqui, possível calcular os respectivos números.

Para a escolha da região de Lisboa e, num segundo nível, do Algarve, como áreas preferenciais de fixação dos cabo-verdianos terão contribuído cumulativamente dois factores: (i) em primeiro lugar, a prévia concentração nestas regiões de *patrícios* chegados nas décadas anteriores – constituía a única ponte existente entre o país e/ou a cultura de origem e a “pátria” para onde

---

<sup>4</sup> O Decreto-Lei 308-A/75, de 24 de Julho, vai retirar retroactivamente a nacionalidade portuguesa a muitos destes migrantes cabo-verdianos transformando-os em imigrantes. Esta lei deixa contudo em aberto a possibilidade de conservar ou obter a nacionalidade portuguesa ao abrigo do seu artigo 5.º. Posteriormente a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro) vai modificar o princípio de atribuição da nacionalidade do *jus soli* em favor do *jus sanguini*. De acordo com o DL 308-A/75, de 24 de Julho, apenas os descendentes, até ao terceiro grau, de naturais do continente português ou das ilhas adjacentes, ou os residentes em Portugal continental, Açores ou Madeira há mais de 5 anos, à data do 25 de Abril de 1974, puderam conservar a nacionalidade portuguesa. Este dispositivo legal vai afectar particularmente os retornados/repatriados cabo-verdianos retirando-lhes retroactivamente a nacionalidade portuguesa. Só em 1988 é que foi revogado o D.L. 308-A/75, de 24 de Julho.

“retornaram”; (ii) em segundo lugar, os mecanismos informais de regulação social, designadamente os apoios potenciais esperados por parte da sua comunidade de pertença, permitiam ultrapassar as dificuldades sentidas no acesso à habitação ou ao mercado de trabalho. O acesso (ou a falta dele) à habitação nestas duas regiões de acolhimento – a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve – revelar-se-ia um constrangimento com consequências sociais profundas no processo de integração social dos cabo-verdianos em Portugal. A inexistência de habitação disponível contribuiu, como se veria nas décadas subsequentes a este fluxo migratório, para uma certa segregação espacial e, em alguns casos mesmo para uma guetização de muitos cabo-verdianos chegados neste período.

Em termos laborais, podemos distinguir dois segmentos nesta fase migratória: (i) os retornados/repatriados cabo-verdianos mais desqualificados inseriram-se, à semelhança dos seus conterrâneos já instalados em Portugal desde as décadas de 50/60 em sectores como o da construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e/ou doméstica, ou as vendas ambulantes; (ii) os “retornados/repatriados” cabo-verdianos mais qualificados, na sua maioria quadros ao serviço do regime colonial, foram integrados na administração pública portuguesa ou em serviços ligados ao Estado português, retomando, na maioria dos casos, os lugares nas carreiras ou em carreiras equivalentes às que tinham no pré-independência de Cabo Verde. Podemos falar deste movimento migratório como uma segunda fase nas migrações contemporâneas cabo-verdianas para Portugal.

### **O efeito retroactivo das Leis de Nacionalidade**

Como efeito colateral da independência das ex-colónias portuguesas, ocorreu uma modificação nas leis da nacionalidade portuguesa e, simultaneamente, a criação de leis de nacionalidade de cada um dos novos países independentes. Portugal, ao modificar o direito à nacionalidade portuguesa de uma filosofia assente no *jus solis* (i.e., tendo como base a ideia de que quem nasce em território português é cidadão nacional) para uma filosofia de *jus sanguinis* selectiva (isto é, apenas os descendentes, até ao terceiro grau, de naturais do continente português ou das ilhas adjacentes ou os residentes em Portugal continental, Açores ou Madeira há mais de cinco anos, à data do 25 de Abril de 1974 detinham automaticamente a nacionalidade portuguesa (DL 308-A/75, de 24 de Julho) criou, com efeitos retroactivos, uma comunidade imigrante em Portugal e, reciprocamente, comunidades emigradas dos novos países lusófonos no país. As consequências desta nova filosofia jurídica ainda hoje se fazem sentir, num processo que nasceu algo torto, visando responder a circunstâncias muito localizadas no tempo e no espaço. Apenas as recentes alterações da Lei da Nacionalidade Portuguesa (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril) permitem atenuar à *posteriori* os efeitos do decreto-lei de 1975, permitindo (re)incluir (ou readmitir) no espaço de cidadania portuguesa os cabo-verdianos e seus descendentes, presentes em território nacional, que dela tinham sido excluídos.

Em nosso entender, em Portugal a mudança na lei de nacionalidade verificada após o 25 de Abril de 1974, ao alterar o princípio de base da nacionalidade do *jus solis* para o *jus sanguinis*

pretendeu assegurar uma transição mais ou menos pacífica no processo de descolonização, possibilitando um retorno à pátria dos cidadãos a ela mais fortemente ligados (através do *jus sanguinis* ou com um vínculo institucional). Os efeitos colaterais desta lei não foram, no entanto, seriamente avaliados. Por exemplo, no que aos cabo-verdianos diz respeito, por serem de entre todos os países de língua oficial portuguesa em África os que detinham uma maior proporção da sua população emigrada em vários países terceiros (e.g. EUA, Holanda, Itália), as consequências da modificação da Lei de Nacionalidade Portuguesa, e subsequente criação de uma Lei de Nacionalidade Cabo-verdiana fizeram sentir-se a vários níveis. Por um lado, em Portugal, criou retroactivamente uma comunidade imigrada modificando o estatuto dos cabo-verdianos que residiam no país de forma legal transformando-os em imigrantes e obrigando-os a requerer – se quisessem readquirir – mediante certas condições, a nacionalidade portuguesa. Por outro lado, a perda da nacionalidade portuguesa em simultâneo com o fechamento de fronteiras dos países receptores pós 1973, criou, na prática, um impedimento para que os cabo-verdianos do arquipélago efectuassem uma emigração legal nos anos que se seguiram à independência do país em 1975. Muitos dos cabo-verdianos que, à época, estavam já emigrados em Portugal ou em outros países (e.g. EUA, Holanda, Espanha e Itália) usaram de várias estratégias para não perderem a nacionalidade portuguesa, que lhes oferecia uma melhor possibilidade de circulação. Deste modo, em Portugal, muitos dos cabo-verdianos (re)adquiriram a nacionalidade portuguesa ou nunca a perderam, e muitos dos cabo-verdianos emigrantes em países terceiros mantiveram a nacionalidade portuguesa e surgem nas estatísticas da época desses países como portugueses. Entretanto, muitos destes cabo-verdianos naturalizaram-se nos países de acolhimento (e.g. EUA, Holanda ou Itália) e, curiosamente, muitos deles nunca detiveram formalmente a nacionalidade cabo-verdiana embora, de acordo com as leis de Cabo Verde, possam aceder a ela quando e se o desejarem. Como resultado deste processo um número desconhecido (mas certamente considerável) de indivíduos (que alguns chamariam “eticamente”) cabo-verdianos de primeira ou segunda geração possuem ainda a nacionalidade portuguesa embora residindo num país terceiro.

### **(iii) Cabo-verdianos imigrantes laborais – a terceira fase**

A terceira fase das migrações cabo-verdianas para Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, deu início a uma nova fase na imigração portuguesa. Esta fase, que ainda decorre, é marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho e por um processo de reagrupamento familiar. A partir dos anos 80 retornam as migrações laborais que tinham sido interrompidas com a independência de Cabo Verde. Em termos sociológicos a lógica migratória permanece inalterada e apenas no que diz respeito ao estatuto jurídico-legal ocorreu uma transformação. Os outrora migrantes inter-regionais cabo-verdianos (e trabalhadores inter-regionais convidados) transformaram-se, por decreto, em imigrantes laborais, muitos dos quais entram no país como turistas e ingressam na clandestinidade, ou permanecem numa situação irregular a partir desse momento. Os seus sectores de inserção económica reproduzem as fases anteriores, ocorrendo, maioritariamente, uma incorporação no sector da construção civil, no caso dos homens, e dos serviços pessoais e domésticos, no caso das mulheres – que denomi-

námos, num outro texto, de “sectorização da etnicidade cabo-verdiana” (Góis, 2006). Algo que tanto pode ser visto como uma vantagem de inserção no mercado de trabalho ou, inversamente, como uma maldição.

No caso português, diferentes autores têm defendido a existência de uma crescente “etnicização” de certos segmentos de alguns sectores económicos, sobretudo na área metropolitana de Lisboa, designadamente do sector da construção civil e obras públicas, de segmentos do sector alimentar e dos serviços pessoais e domésticos, incluindo o sector das limpezas industriais e domésticas. Se analisarmos de forma diacrónica as migrações cabo-verdianas para Portugal, verificamos, muito claramente, que os migrantes cabo-verdianos, de diversos tipos, pertencendo a diferentes fases migratórias, se inserem de forma semelhante no mercado de trabalho e possuem muito pouca mobilidade laboral. Os milhares de indivíduos cabo-verdianos em Portugal exercem, como é óbvio, profissões várias, mas concentram-se, essencialmente, em dois sectores de acordo com o seu sexo: os homens mais no sector da construção civil e obras públicas; as mulheres no sector das limpezas industriais e/ou domésticas. Esta concentração sectorial tem implicações no modo como a integração social ocorre e, como estes são, tradicionalmente, os sectores de incorporação inicial dos “novos” imigrantes, submetem os cabo-verdianos a uma constante competição por um lugar no mercado de trabalho.

Por outro lado, a análise da inserção laboral dos trabalhadores cabo-verdianos em Portugal (Área Metropolitana de Lisboa) não encontra um suporte nas teorias neoclássicas aplicadas ao estudo das migrações, no sentido em que uma maior permanência no país (que se traduziria numa maior adaptação), não parece estar associada a uma mobilidade laboral ascendente. Na verdade, as análises da inserção laboral destes imigrantes em Portugal demonstram que muitos dos que, pelo tempo de permanência no país poderiam aspirar a um contrato permanente, permanecem a laborar no mercado informal e nos mesmos sectores em que iniciaram a sua actividade laboral em Portugal. Uma das hipóteses explicativas para este facto tem a ver com o tradicional recurso, por parte dos migrantes cabo-verdianos, a uma rede social de suporte, uma rede co-étnica, que os auxilia no momento de encontrar trabalho. Assim, se, por um lado, a ajuda aos patrícios é uma das características das redes de apoio, por outro, com a assunção de novas funções no seio do sector de trabalho, por exemplo funções de sub-empregado, de chefe de equipa ou de encarregado, é natural que, os cabo-verdianos, tal como outros grupos de imigrantes, geralmente prefiram empregar migrantes do seu próprio país que, como eles, vêm de um ambiente semelhante, partilham a mesma cultura e o mesmo idioma, aproveitando, deste modo, as externalidades da rede para potenciar o seu próprio papel. Na sequência deste facto, uma sub-economia emerge, tendo como propósito exclusivo prover serviços para migrantes ou migrantes para novos serviços, reproduzindo e ampliando a própria rede em que se inserem. A rede social de inclusão acaba por ser, em alguns casos, uma rede social de exclusão, impedindo o acesso a novos sectores, novas profissões e a uma ascensão social na sociedade de destino. Este paradoxo tem, como é óbvio, implicações na integração social dos cabo-verdianos em Portugal. Destacando esta singularidade, sublinhamos os riscos de uma concentração laboral, sectorial ou de incorporação num momento de crise económico-financeira que, precisamente, os afecta. O excessivo “nos ku nos” pode retroagir negativamente sobre o próprio grupo que pretendia defender.

Em termos de dispersão espacial, a sua implantação geográfica, particularmente na Área Metropolitana de Lisboa revela, ainda hoje, uma elevada concentração (os distritos de Lisboa e Setúbal mantêm uma constante em torno dos 85% a 90% da população cabo-verdiana total), surgindo o Algarve como segunda região de fixação. Com dimensões mais reduzidas surgem grupos de cabo-verdianos no Porto, em Braga, no litoral alentejano ou em Coimbra<sup>5</sup>. Esta concentração geográfica condensa as vantagens e as desvantagens de um prolongamento do arquipélago na Europa. Portugal (sobretudo a AML) surge como uma continuidade simbólica em relação ao arquipélago de origem e é mais uma ilha no “arquipélago migratório”. Ilha onde se regressa nas férias, para onde se pode ir viver na reforma, onde existem os seus cafés, restaurantes, casas de música, lojas de produtos tradicionais e, sobretudo, onde vivem amigos, conterrâneos e familiares. Portugal (sobretudo a AML) surge como a maior das ilhas no exterior e onde Cabo Verde é mais espelhado. Por vezes, onde Cabo Verde é mais parecido com o original.

### Cabo-verdianos em Portugal: esboço para uma tipologia

A partir dos anos 80, Portugal incorpora simultaneamente pelo menos cinco tipos diferentes de migrantes cabo-verdianos:

- 1) Um primeiro tipo de migrantes laborais<sup>6</sup> com entrada em Portugal antes de 1974/75 e que, em virtude das alterações legais, podem possuir ou não a nacionalidade portuguesa e podem possuir ou não cumulativamente a nacionalidade cabo-verdiana. A estes migrantes chamaremos **migrantes convidados**;
- 2) Um segundo tipo de migrantes cabo-verdianos, fruto de um retorno à “pátria” (ou de repatriamento) ou de um processo de reunião familiar com imigrantes do primeiro tipo, da mesma forma que os anteriores, em virtude das alterações legais, podem possuir (ou não) a nacionalidade portuguesa e, cumulativamente, podem possuir (ou não) a nacionalidade cabo-verdiana. A este segundo tipo de migrantes chamaremos **retornados/repatriados cabo-verdianos**;
- 3) Um terceiro tipo de imigrantes cabo-verdianos que vieram para Portugal como trabalhadores, maioritariamente desqualificados ou semi-qualificados, possuem a nacionalidade cabo-verdiana, embora um número crescente de entre eles se esteja, entretanto, a naturalizar portugueses. A este terceiro tipo chamaremos **imigrantes laborais cabo-verdianos**.

<sup>5</sup> O grupo de imigrantes cabo-verdianos residentes em Coimbra é um grupo singular no contexto das migrações cabo-verdianas globalmente consideradas. É constituído maioritariamente por estudantes do Ensino Superior, por alguns quadros médios e superiores que se fixaram na cidade após a conclusão dos seus estudos e por um número reduzido de imigrantes laborais. A sua importância na diáspora cabo-verdiana é, porém, muito maior do que a sua importância numérica como o provam as diversas intervenções nos congressos dos quadros cabo-verdianos na diáspora.

<sup>6</sup> Existe, pelo menos desde a II Guerra Mundial uma migração de cabo-verdianos inactivos que vêm para Portugal como estudantes do ensino secundário e/ou do ensino superior e, mais recentemente, de migrantes que vêm para Portugal ao abrigo de acordos de cooperação, designadamente na área da saúde, e que, por motivos vários, vão ficando a residir (*Expresso*, 25/11/2000). Muitos destes inactivos, designadamente os estudantes, entram no mercado de trabalho pelo seu lado informal e vão exercendo pequenos *jobs* (ex. *Mac jobs*) enquanto permanecem em Portugal.

- 4) Um quarto tipo – um grupo simbolicamente importante – constituído por indivíduos que vieram para Portugal frequentar estabelecimentos de ensino, normalmente no Ensino Superior, e que por aqui permanecem por um tempo mais ou menos longo. A este tipo chamaremos **estudantes e quadros cabo-verdianos**.
- 5) Para além de todos estes tipos de imigrantes de primeira geração, existem já uma segunda, terceira e uma quarta gerações de indivíduos de ascendência étnica cabo-verdiana, descendentes de todos ou qualquer dos tipos anteriores, que podem ou não possuir a nacionalidade portuguesa dependente de um conjunto complexo de circunstâncias. A este tipo chamaremos **descendentes de cabo-verdianos**.

Convém aqui sublinhar que as tipologias, tal como as entendemos, são nada mais do que processos para redução da complexidade e que permitem construir um sentido nas múltiplas formas que a realidade social assume. Enquanto modelo abstracto, uma tipologia é, antes de mais, um meio para captar as relações entre fenómenos concretos, a sua causalidade e o seu significado. Não podemos esquecer, no entanto, que o conceito de tipo-ideal, tal como o compreendemos a partir de Max Weber, é um conceito heurístico e, enquanto tal, o único critério que permite julgar do fundamento da sua construção e do seu uso é a sua eficácia metodológica. Ousar formular uma tipologia numa introdução a um livro colectivo não é mais do que um exercício de estímulo para uma leitura crítica de um conjunto de textos diversos, provindos de várias das ciências sociais e humanas. Não pretendemos aqui reduzir a diversidade (ou sequer gerir esta diversidade de abordagens). A riqueza deste volume, se a houver, advém antes de mais da riqueza e diversidade dos olhares sobre um “objecto de estudo” incomensuravelmente apaixonante como é Cabo Verde e a sua gente, onde quer que se encontrem, vivam ou trabalhem.

No essencial, é a constatação de como são estáveis e diversas as ligações entre Portugal e Cabo Verde, o tema que liga os vários textos deste livro colectivo. A análise de práticas musicais, de processos de sucesso ou insucesso educativo, de práticas transnacionais ou de níveis de empreendedorismo (para referir apenas algumas das contribuições), a partir de uma caracterização basilar como sendo “de cabo-verdianos” mostra que a integração social não está terminada mesmo no momento em que a terceira geração de descendentes de imigrantes cabo-verdianos chega à idade adulta. As diferentes e múltiplas faces que caracterizam os cabo-verdianos em Portugal são aqui apresentadas, em múltiplos retratos que não esgotam o tema mas contribuem para quebrar a sua invisibilidade social.

No texto que abre esta obra colectiva, Luís Batalha apresenta-nos as razões para o facto de não podermos falar de comunidade cabo-verdiana em Portugal mas, ao invés, de termos que pluralizar e complexificar as nossas análises. Para este autor, a partilha de uma identidade “cabo-verdiana” geral e global não é suficiente para uniformizar as diferenças, que decorrem de esferas de sociabilidade distintas e que estratificam a(s) comunidade(s) cabo-verdiana(s) em diferentes níveis. Numa análise devidamente enquadrada na história da emigração cabo-verdiana para Portugal, Batalha mostra-nos como a construção histórica das diferenças internas aos cabo-verdianos em Portugal se faz tanto pela herança do passado colonial como pela dinâmica dos processos de inserção na sociedade de destino. O autor marca alguns momentos chave neste

processo: a fase final do colonialismo português; a independência de Cabo Verde o início da migração laboral pós-colonial. Para Luís Batalha é nestes momentos chave que se enraízam as diferenças que hoje são visíveis e tornam os cabo-verdianos e seus descendentes em Portugal um complexo mosaico identitário, dificilmente caracterizável como homogêneo.

Paulo Mendes, sociólogo cabo-verdiano e dinâmico líder associativo, apresenta-nos um retrato detalhado dos cabo-verdianos nos Açores. A partir de uma metodologia assente tanto em inquéritos como em entrevistas, os cabo-verdianos na ultra-periférica região portuguesa são apresentados como o mais antigo e importante grupo migratório, cujo impacto económico e social não tem recebido os devidos créditos. De acordo com Paulo Mendes, os cabo-verdianos iniciaram a sua migração para os Açores ainda antes da independência de Cabo Verde e desde então, em particular pós anos 90, têm vindo continuamente a escolher este destino migratório. Na sua análise o autor privilegia uma caracterização dos perfis pré-migratórios, do percurso migratório, da inserção laboral e da participação em diferentes esferas (e.g. social, política e cultural) nos Açores. A partir desta investigação é possível comparar o grupo de imigrantes cabo-verdianos nos Açores e seus descendentes, com outros grupos similares em Portugal ou em outros países e caracterizar melhor a emigração cabo-verdiana contemporânea.

Qual é a propensão empreendedora dos cabo-verdianos em Portugal? Esta é a pergunta que dá o mote para o texto da autoria de Catarina Reis Oliveira. Procurando responder a esta questão, a autora investigou os empresários cabo-verdianos em Portugal e discute, de um modo detalhado, comparando os cabo-verdianos com outros grupos imigrantes (e com os portugueses), as causas para um menor empreendedorismo. Através do uso de teorias de largo espectro, como a Teoria das Desvantagens ou as Teorias do Mercado de Trabalho Segmentado, Catarina Oliveira enquadra as justificações para esta menor propensão para o empreendedorismo mas apresenta também as causas para um relativo crescimento, em anos mais recentes e para a localização espacial de um micro-empreendedorismo, muitas vezes informal, mas de elevado impacto ao nível da integração social dos cabo-verdianos em Portugal.

Desde os anos 90 que a literatura sobre o transnacionalismo tem crescido na comunidade científica tendo-se transformado o “transnacionalismo” numa *buzzword* para as migrações contemporâneas. A pesquisa em ciências sociais, no entanto, ainda não concretizou empiricamente o que há de novo nas migrações contemporâneas que mereça ser tratado de forma diferenciada do que as teorias migratórias sempre fizeram. Na verdade, os contributos teóricos sobre transnacionalismo e práticas transnacionais traduzem, na sua ampla maioria, a ausência de conhecimento empírico sobre práticas transnacionais e sobre a sua relevância. Neste artigo, Pedro Góis e José Carlos Marques descrevem a realidade social das práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos em diferentes esferas sociais (e.g. economia, política, cultura, etc.) procurando aquilatar a sua importância. Na investigação que serve de base ao texto apresentado, os autores combinaram a análise documental com entrevistas a informadores privilegiados e entrevistas a migrantes transnacionais. A compreensão da debilidade de um dos indicadores de transnacionalismo, as práticas transnacionais, é aqui analisada tendo, como pano de fundo, a história e dinâmica do fluxo migratório cabo-verdiano para Portugal.

Na sua contribuição, Rui Cidra apresenta-nos um dos símbolos e um dos principais indicadores identitários cabo-verdianos: a música. Através de uma análise, que tem como centro a produção musical cabo-verdiana no seio da diáspora, o autor mostra como a produção da música de Cabo Verde deve ser vista como indissociável de movimentos migratórios e de modos de actuação transnacionais. Através de um mapeamento histórico das redes transnacionais de suporte à produção musical, Rui Cidra demonstra que é, principalmente, nas redes sociais cabo-verdianas em Portugal, Holanda e França, que podemos encontrar as razões para a profícua produção e o sucesso histórico da música cabo-verdiana. O autor mostra que é, no entanto, a elevada mobilidade entre os diferentes pontos desta rede diaspórica (muito diversa no que aos contextos de recepção se refere) e Cabo Verde a sua principal característica diferenciadora. É numa lógica de análise cruzada entre mobilidade espacial e enquadramento contextual que podemos compreender as diferentes práticas musicais que vão do *rap* à *morna*, do *zouk* ao *batuku* ou ao *funaná*. As influências recíprocas entre a diáspora, Cabo Verde e a globalização musical fazem-se sentir no modo como as práticas expressivas se revelam tornando-se elementos principais de pertença subjectiva à nação cabo-verdiana. As expressões musicais são aqui apresentadas como uma forma de estruturar e sustentar uma identidade transnacional.

César Monteiro, sociólogo cabo-verdiano com relevante obra publicada, dedica o seu texto a uma temática que o tem acompanhado nos últimos anos: a sociologia da música cabo-verdiana e, especificamente, o papel dos cabo-verdianos e descendentes da Área Metropolitana de Lisboa na configuração do campo musical cabo-verdiano. Através de uma análise em que conjuga a sociologia da música e a sociologia das migrações o autor define a Área Metropolitana de Lisboa como um campo transnacional de produção musical. Para César Monteiro este espaço surge como um campo musical estratificado e diversificado; um campo onde os protagonistas são tanto do género masculino como do feminino permitindo, através desta diversidade, afirmar as idiosincrasias da própria sociedade cabo-verdiana aqui emigrada. A importância da música e dos músicos na estruturação da(s) comunidade(s) cabo-verdiana(s) da Área Metropolitana de Lisboa é destacada através do campo social, onde se tecem e se (re)criam laços e espaços intangíveis de sociabilidade, mesmo na ausência de interacção física com a comunidade real do país de origem.

Lígia Évora Ferreira centra a sua análise num tema da maior actualidade: o sucesso educativo dos descendentes de imigrantes cabo-verdianos em Portugal. No seu texto, a autora, ela própria pedagoga e investigadora, discute o modo como a integração neste sistema funcional é o produto de uma acção recíproca entre a construção social do seu próprio estatuto social e os modelos educativos que os enquadram no seio da sociedade portuguesa. Lígia Évora Ferreira mostra como o contraste entre dois tipos de socialização primária, a família e a escola, pode ter consequências ao nível do sucesso educativo. A impreparação das crianças/jovens para a complexidade da Escola (e.g. em termos de domínio linguístico da língua padrão) e a impreparação da Escola em enquadrar a diferença sem discriminar os que são diferentes, constituem pedras angulares do modo como a autora desenvolve a sua análise. Para a autora, a Escola é o *locus* de lutas simbólicas onde se joga muito dos processos de socialização destes jovens e o tipo e o modo como medimos o seu sucesso educativo dá-nos uma visão do futuro que podemos esperar.

Marzia Grassi pretende, neste texto, diagnosticar a emergência de uma consciência europeia entre jovens de origem cabo-verdiana e angolana em Portugal. Sim, a consciência europeia porque os jovens descendentes de imigrantes já não partilham apenas as identidades da origem e de destino mas identidades supranacionais como a identidade europeia. A autora apresenta a sua análise a partir das respostas a um questionário aplicado a cerca de 400 jovens de origem cabo-verdiana e angolana a viver na Área Metropolitana de Lisboa. Neste texto, conceitos centrais como os de identidade, etnicidade ou cultura são discutidos, comparando diferentes dimensões de identidade/identificação de jovens de origem cabo-verdiana, angolana e portuguesa mas todos eles jovens europeus.

De identidades fala também o artigo de Carlos Elias Barbosa e Max Ruben Ramos, dois jovens cientistas sociais que cruzam os seus saberes e constroem um texto sobre os descendentes de cabo-verdianos, as suas inclusões e exclusões sociais. Fortemente influenciados pelas teorias do pós-colonialismo que nos chegam do mundo anglo-saxónico, os autores analisam diferentes espaços de representação social, como o *rap* ou o *hip-hop*, enquanto espaços de interacção e, simultaneamente, de afirmação identitária. Os autores sublinham, na sua análise, a importância da dimensão espacial, o modo como o “bairro” emerge, a par da família ou da escola, como espaço de socialização primária, onde se cruzam tradição e *street* vanguarda, ambas ali-cerces identitários fortemente estruturantes para os jovens.

Kátia Cardoso, investigadora cabo-verdiana radicada em Coimbra, apresenta-nos um tópico cada vez mais importante nos estudos migratórios: a relação entre emigração e desenvolvimento dos países de origem. No entanto, desta vez, não é a questão das remessas que está no centro da análise mas o modo como a emigração e a política externa cabo-verdianas se vêm relacionando ao longo das últimas décadas. A autora analisa em que medida a emigração, constantemente presente nos programas de governo pós-independência, tem correspondência com políticas conducentes a uma maior participação dos emigrantes na sociedade cabo-verdiana ou com políticas activas de fomento à participação activa dos cabo-verdianos nas sociedades de acolhimento. Kátia Cardoso mostra como as medidas governamentais cabo-verdianas dirigidas à emigração têm vindo a sofrer uma evolução e alargamento – da tradicional protecção consular e incentivo ao envio de remessas à atenção dada à segunda geração nos países de destino, à participação dos quadros da diáspora no associativismo e ao papel de *lobby* que estes podem fazer a favor de Cabo Verde. A interligação entre a emigração e a política externa cabo-verdiana, realizada neste texto, alarga o potencial tradicionalmente atribuído às diásporas e contribui para uma maior integração do olhar das Relações Internacionais nos estudos migratórios.

Os cabo-verdianos na Holanda foram apelidados durante vários anos de “imigrantes silenciosos”. Este rótulo está associado a uma imagem dos cabo-verdianos enquanto grupo de imigrantes reservados, dóceis e auto-suficientes, denotando um parco reconhecimento social por parte da sociedade receptora e um certo isolamento, revelador do seu posicionamento de minoria entre as minorias. Neste artigo, Cláudia de Freitas mostra como esta imagem se tem vindo a alterar como consequência de vários factores entre os quais destaca a participação dos cabo-verdianos no campo da saúde mental na Holanda. A importância desta contribuição deve

ser assinalada a vários níveis: pela ligação conceptual que permite entre os dois principais destinos migratórios cabo-verdianos na Europa (Portugal e Holanda); pela chamada de atenção para a especificidade dos problemas próprios dos grupos de imigrantes que acolhemos; pelos modelos potenciais de participação focados, que alargam o espectro do que tradicionalmente existe em Portugal e nos desafia a seguir as melhores práticas. A saúde mental é, aqui, uma metáfora para as muitas estigmatizações que afectam parte dos cabo-verdianos em Portugal.

Rocío Moldes Farello, investigadora espanhola, que vem desde há muito tempo estudando os cabo-verdianos em Espanha, analisa no seu texto uma mudança significativa na inserção económica dos cabo-verdianos naquele país: do sector industrial para o sector de serviços. A Espanha é um país cada vez mais integrado com Portugal, todos o sabemos; o que talvez não soubéssemos é que também no caso das migrações cabo-verdianas tal ocorre. Os cabo-verdianos em Espanha completaram já todo um ciclo migratório, tendo os primeiros migrantes atingido já a idade de reforma após toda uma carreira de trabalho naquele país. Neste texto a autora mostra como decorreu este processo, como os cabo-verdianos de Espanha se mantiveram ligados aos cabo-verdianos portugueses, de que modo os dois processos migratórios estão ligados e como reagem actualmente à competitividade e competição de outros grupos migrantes recém-chegados. É um acutilante retrato que mostra tanto sobre os cabo-verdianos, como sobre os espanhóis que os acolheram.

Lisa Akesson, norueguesa, faz parte da comunidade transnacional dos investigadores que tomaram as migrações cabo-verdianas como objecto de estudo, traz-nos a dimensão do país de origem e as relações de dependência entre os que partiram e os que ficaram. Através de uma análise baseada no paradigma do transnacionalismo, com as suas influências antropológicas, mostra como a emigração é estruturante na sociedade cabo-verdiana. Para a autora as famílias, globais porque dispersas por vários países, surgem como o elo mais forte do transnacionalismo cabo-verdiano e as práticas transnacionais, no essencial, desenvolvem-se no seu seio. Akesson mostra como as dependências estabelecidas são essenciais para a sobrevivência dos que ficaram em Cabo Verde e as remessas um vínculo que deve ser mantido. Mesmo em momentos de crise económica, de desemprego ou de complexos processos de integração nas sociedades de destino, os que não migraram têm expectativas depositadas nos que partiram e são deles dependentes. Através de uma enunciação de várias das dimensões do transnacionalismo a autora sugere uma inclusão dos não-migrantes nas análises dos estudos migratórios mostrando que sociedades de destino e sociedades de origem estão umbilicalmente ligadas.

## Referências Bibliográficas

- BAGANHA, Maria Ioannis e GÓIS, Pedro (1999). “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, Novembro 1998/ Fevereiro 1999, pp. 229-280.
- BERRY, J. W. (1990). “Psychology of acculturation”. In GOLDBERGER, N. R. e VEROFF, J. B. (Eds.), *The culture and psychology reader*. New York: New York University Press, pp. 457-488.

- BOURDIEU, Pierre (2003). *Questões de Sociologia*, Lisboa: ed. Fim de Século.
- ESTEVES, Maria do Céu (org.) (1991). *Portugal, país de imigração*, Lisboa: IED, Caderno n.º 22.
- FAIST, Thomas (2000). *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*, Oxford, Clarendon Press.
- GÓIS, Pedro (2006). *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, ACIDI IP, Lisboa.
- PARK, R. E. (1950). *Race and Culture*. New York: Free Press.
- PORTES, Alejandro & ZHOU, Min (1993). “The New Second Generation: Segmented Assimilation and its Variants.” *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, vol. 530 pp. 74-96.
- WIMMER, Andreas & SCHILLER, Nina G. (2002). “Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences”, *Global Networks*, n.º 2 (2002) pp. 301-334.